

## DESAFIOS DA DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA NO CONTEXTO DE INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA

**Gracy Kelly Andrade Pignata Oliveira**  
gracypignata@hotmail.com  
Universidade Federal da Bahia

**Theresinha Guimarães Miranda**  
tmiranda@ufba.br  
Universidade Federal da Bahia

### Resumo

Este trabalho, fruto de uma pesquisa em andamento, tem como base a compreensão de que as recentes políticas de ações afirmativas para pessoas com deficiência, no âmbito das Instituições de Educação Superior (IES), impõem novos e complexos desafios à Universidade brasileira e, por conseguinte, ao coletivo de professores que atua no Ensino Superior. A importância desse tema torna-se ainda mais evidente com a aprovação da Lei nº 13.409, de 28 dezembro de 2016, que assegura reserva de vagas às pessoas com deficiência nas Instituições Federais de Educação (IFES) do país. Nesse contexto, essa pesquisa de natureza etnometodológica, se inscreve no campo dos estudos qualitativos, mediante material empírico constituído por fontes documentais, observação participante e entrevistas compreensivas, cuja abordagem paradigmática fundamenta-se no interacionismo simbólico como perspectiva teórica. Com base nessa discussão, o presente estudo visa compreender de que maneira a inclusão de estudantes com deficiência influencia na forma como a docência universitária se constitui, demandando do docente do ensino superior um novo perfil, caracterizado não só pelo domínio e expertise de determinado campo de conhecimento, mas por escolhas de ordem epistemológica, ética e política.

**Palavras-chave:** Docência Universitária. Educação Inclusiva. Políticas Afirmativas.

Challenges of university teaching in the context of inclusion of students with disabilities

### Abstract

This work, based on an ongoing research, is based on the understanding that recent affirmative action policies for people with disabilities in Higher Education Institutions (IES) imposes new and complex challenges to the Brazilian University and, consequently, to the collective of professors who work in Higher Education. The importance of this theme becomes even more evident with the approval of Law 13409, of December 28, 2016, which ensures the reservation of vacancies for people with disabilities in the Federal Education Institutions (IFES) of the country. In this context, this ethnomethodological research is part of the qualitative studies, through empirical material consisting of documentary sources, participant observation and comprehensive interviews, which paradigmatic approach is based on symbolic interactionism as a theoretical perspective. Based on this discussion, the present study aims to understand how the inclusion of students with disabilities influences the way university teaching is constituted, demanding from the higher education teaching a new profile, characterized not only by the domain and by expertise of a given field of study, but by epistemological, ethical and political choices.

**Keywords:** University Teaching. Inclusive Education. Affirmative Policies.

## Introdução

O sistema de reserva de vagas na esfera das políticas de ações afirmativas, mediante Lei nº 13.409 de 28 dezembro de 2016<sup>1</sup>, apresenta-se como um grande desafio às universidades brasileiras no tocante a necessidade de ressignificarem-se no processo de incorporação de atores sociais que por razões diversas foram excluídos ou marginalizados desse nível de ensino (Cabral, 2018), assinalando para uma ruptura histórica, social e política em relação ao itinerário formativo de pessoas com deficiência.

As políticas de ações afirmativas no Ensino Superior constituem um importante mecanismo de reconhecimento de que existem desvantagens [injustas] tanto no acesso como na permanência de grupos socialmente sub representados. Em se tratando de pessoas com deficiência, não se pode desconsiderar a influência das diversas barreiras que historicamente estiveram presentes em suas trajetórias acadêmicas. Neste sentido, o sistema de reserva de vagas configura-se como etapa necessária a um projeto de Educação Superior que se alicerça na ideia de justiça social e democratização da universidade pública.

Esse cenário não deixa de impor novos desafios a esfera da Educação Superior brasileira e, por conseguinte, ao coletivo de professores que atua nesta etapa de ensino. Questões bem mais complexas passam a problematizar o campo da docência, imersa nas novas configurações do espaço-tempo universitário. “Pensar e viver a Universidade, hoje, exige que, cada vez mais, estejamos abertos a um mundo em transformação”. [...] à Universidade cabe preservar valores e constituir-se como local de defesa da humanização. (Cavalcante, Bissoli, Almeida & Pimenta, 2011, p. 166), e à docência universitária compete a produção de um conhecimento científico que abrigue a riqueza de elementos que pulsam no mundo social e que desafiam a Educação Superior na atualidade.

Partindo do princípio que a docência sofre influências da realidade na qual encontra-se inserida, no sentido de dar respostas às exigências epistemológicas e metodológicas contemporâneas, neste estudo nos interessa investigar de que maneira à docência universitária se constitui na relação com estudantes com deficiência.

Nesta perspectiva, apresentamos neste texto alguns “quadros de sentido que emolduram” (Goffman, 2012) a pesquisa em andamento, expondo aos olhares de outros pesquisadores da área os

---

<sup>1</sup> A Lei Federal nº 13.409/2016, altera a redação da Lei nº 12.711/2012, reconhecendo o lugar das pessoas com deficiência no sistema de reserva de vagas das Instituições Federais de Educação (IFES) do país. De acordo com a Lei, em cada Instituição Federal de Ensino Superior, no mínimo 50% (cinquenta por cento) das suas vagas serão preenchidas, por curso e turno, por estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, que se autodeclarem pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (Brasil, 2016).

caminhos percorridos até o momento, na expectativa de que este estudo possa contribuir para um rico e produtivo diálogo acadêmico e científico.

### **Caminhos teórico-metodológicos da pesquisa**

Este trabalho refere-se a uma investigação qualitativa no âmbito da abordagem etnográfica/etnometodológica, visando apontar, mediante material empírico constituído por fontes documentais, observação participante e entrevistas compreensivas, a necessidade de políticas de formação para a docência universitária que contribuam para o exercício de ações inclusivas efetivas e consistentes na Educação Superior pública.

Para tanto, pretendemos entrevistar docentes dos cursos de graduação de diferentes áreas de conhecimento de uma Universidade pública federal da Bahia, estabelecendo como critério de inclusão de participantes a experiência de trabalho junto à universitários com deficiência. Caso o número de docentes com experiência na docência com estudantes com deficiência seja superior a 3 (três) por unidade acadêmica<sup>2</sup>, pretendemos selecionar àqueles com maior tempo de experiência, a fim de evitar redundância, repetição e saturação dos dados.

Como abordagem paradigmática elegemos o interacionismo simbólico, perspectiva teórica que favorece a compreensão dos aspectos próprios à natureza das interações sociais, do mundo das experiências vividas, das atividades interpretativas determinadas pelas situações de interação desenvolvidas pelas pessoas. O debate em torno de fenômenos e temas que privilegiam a interpretação dos indivíduos sobre o mundo em que vivem faz do interacionismo simbólico uma abordagem propícia, quando a intenção é compreender o comportamento humano e os sentidos que atribuem as circunstâncias sociais que se desenrolam nas relações estabelecidas pelos indivíduos com a sua realidade. (Sampaio & Santos, 2011).

A análise microssociológica do fenômeno investigado nos aproxima das obras de Goffman (2012, 2013), no que tange a interpretação das ações coletivas e interações face a face que ocorrem no interior da universidade e que, naturalmente, influenciam a realidade social de docentes e estudantes. Goffman não focaliza em seu estudo as grandes estruturas dos sistemas sociais, mas seu interesse se localiza no campo das interações cotidianas que organizam a experiência dos sujeitos no mundo.

É interessante como a perspectiva goffmaniana permite ao pesquisador perceber no plano da interação simbólica como os diversos atores sociais se mobilizam e se posicionam em face dos outros [...] “em quadros de sentido que moldam as interpretações e ações dos atores envolvidos”. [...] “Quadros não são simplesmente perspectivas ou opiniões, mas laços intersubjetivos que atravessam relações humanas e as estruturam” (Mendonça & Simões, 2012, p. 198).

---

<sup>2</sup> A instituição pesquisada está organizada por uma estrutura *multicampi*, distribuída em 7 (sete) centros acadêmicos.

A utilização da vertente de enquadramento de Goffman (2012) nos permitirá compreender o modo como os docentes do Ensino Superior se constituem na interação com estudantes com deficiência, mediante análise e interpretação do modo como enquadram o mundo acadêmico contemporâneo e “estabelecem molduras de sentido, [...] a partir de perspectivas específicas” (Mendonça & Simões, 2012, p. 193), que se capturam no conteúdo discursivo sobre a realidade.

No âmbito do debate nacional sobre a inclusão na Educação Superior, buscamos pensar a deficiência a partir dos estudos de Diniz (2007), Diniz e Barbosa (2010), Pimentel (2012), Miranda (2012), tendo em vista a necessidade de destacar a produção de práticas sociais e culturais que privilegiam pessoas sem deficiência e reservam àquelas que expressam em seus corpos a diversidade humana, um lugar de exclusão e preconceito.

A discussão acerca da docência universitária, no contexto da democratização da Educação Superior, tomará por base os estudos de Zabalza (2004), Cunha (2009), Almeida (2012, 2014) Pimenta e Anastasiou (2002, 2003, 2014), referentes à pedagogia universitária, profissionalidade docente e formação para a docência no Ensino Superior.

### **Inclusão de universitários com deficiência e sua influência no campo da docência universitária**

O espaço simbólico de luta pela inclusão e participação social ocorre para as pessoas com deficiência bem antes do ingresso na universidade. Confinadas ao mundo silencioso da casa ou das instituições especiais, com restritas oportunidades de interação social (Barbosa, Diniz & Santos, 2009), carregam em suas trajetórias as marcas de violação de direitos fundamentais.

Por essa razão, ignorar o estigma, a discriminação social, as barreiras e impedimentos presentes em suas experiências de vida, é fortalecer a crença de que existe uma desvantagem natural, que decorre de suas limitações funcionais e/ou de estrutura. Por outro lado, considerar o valor das políticas de ações afirmativas para esse grupo é pautar-se na ideia de desvantagem injusta, que resulta de barreiras sociais inviabilizadoras da diversidade de estilos de vida.

Neste sentido, a política de reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos de graduação das Instituições de Educação Superior (IES) do Brasil, traz uma contribuição ainda maior no plano simbólico, na medida em que põe termo a várias décadas de declarada invisibilidade para esse grupo, rompendo com a crença de que seus espaços de escolarização estariam circunscritos à Educação Básica.

A adoção dessa política na Educação Superior representa na esfera jurídica o reconhecimento do Estado no tocante a situação de exclusão vivenciada pelas pessoas com deficiência, e no campo social

assinala para uma mudança de compreensão quanto as possibilidades formativas e consequente inserção profissional de pessoas com deficiência.

A abertura da Educação Superior para públicos diversificados e com distintas necessidades confronta com a própria origem da universidade no Brasil, “que surge no começo do Século XIX, como resultado da **formação das elites** [grifo nosso] que buscaram a educação principalmente em instituições europeias durante o período de 1500 a 1800 e que retornaram ao país com sua qualificação” (Stallivieri, 2006, p. 3). Essa realidade perdurou durante décadas, mantendo como alvo da universidade um público seletivo, dominado pelas elites brasileiras.

De acordo com Fávero (2006), a universidade não foi criada para atender às necessidades fundamentais da realidade da qual era e é parte, desde o início foi pensada e aceita como um bem cultural oferecido a uma minoria. É certo que o processo de democratização da Educação Superior contribuiu não só para o reconhecimento de uma dívida histórica com os grupos marginalizados, mas, sobretudo, para a solução de um dos problemas mais agudos da sociedade – a injustiça social.

Nesse contexto, as ações afirmativas representam uma das formas mais consistentes de reparação das injustiças sociais. “A universidade pública não podia continuar ignorando os milhões de brasileiros pobres que reivindicavam passagem para o que é um direito de todos: a educação superior” (Sampaio, 2011, p. 17), assim como a universidade não poderia permanecer ignorando às pessoas com deficiência em seu direito a formação universitária em condições de equidade. Mas, ao mesmo tempo, indagamos se a Lei de cotas será suficiente para garantir que as oportunidades de acesso sejam de fato equânimes? Ou ainda, se as IES darão conta de incorporar esses novos públicos e, ainda assim, assegurar uma formação universitária de qualidade?

Para responder a estes questionamentos, partimos do pressuposto que a inclusão de estudantes com deficiência na universidade impõe novos desafios ao docente da Educação Superior, influenciando na forma como a docência universitária se constitui. “Fica evidente que o modelo de docente universitário porta-voz de um saber dogmatizado, capaz de transferir, pelo dom da oratória, em aulas magistrais, seus saberes profissionais, não mais atende as necessidades da sociedade contemporânea [...]” (Soares & Cunha, 2010, p. 13). Isto envolve novas formas de planejar o ensino, a pesquisa, a extensão e mecanismos de avaliação no contexto universitário.

A interação com o contexto de atuação constitui elemento essencial ao processo de formação e ao exercício profissional ao longo da carreira docente (Almeida & Pimenta, 2014). Não há como exercer uma docência dissociada das transformações sociais, econômicas e culturais que envolvem a universidade contemporânea.

Nessa lógica, a docência universitária pode ser compreendida como uma atividade altamente complexa, que não se restringe à sala de aula, mas que articula além da pesquisa e dos processos de ensino e de aprendizagem (Soares & Cunha, 2010), saberes e ações de natureza afetiva que aproximam o ensino de um processo de desenvolvimento pessoal, bem como ações de caráter ético e político que estejam sintonizados com uma visão de ser humano, de cidadão e de sociedade; (Tardif, 2002).

O processo de inclusão à vida acadêmica envolve ainda muitos outros elementos como participação plena dos estudantes com deficiência nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, eliminação das barreiras arquitetônicas mediante elaboração de projetos que atendam aos princípios do desenho universal, promoção de espaços sistematizados de formação para os profissionais docentes, tendo em vista o atendimento das demandas pedagógicas dos estudantes com deficiência.

### **Deficiência, inclusão e equidade: novos cenários da docência na Educação Superior**

Enfrentar as questões atuais sobre inclusão e docência universitária, implica em um tipo de reflexão que leve em consideração as relações de poder que se entrelaçam ao currículo, ao planejamento, aos mecanismos de geração e validação dos conhecimentos e, sobretudo, aos valores e atitudes que perpassam os processos de ensino-aprendizagem na Educação Superior.

As políticas públicas específicas, as estratégias e ações que visam à reparação da desigualdade, no tocante as pessoas com deficiência, não serão capazes de se consolidar e ganhar materialidade sem que haja para isso uma formação pedagógica consistente, capaz de conduzir os profissionais da educação a um compromisso efetivo com a trajetória acadêmica dos indivíduos que apresentam singularidades.

A inexistência desta formação gera o fenômeno da pseudoinclusão, ou seja, apenas da figuração do estudante com deficiência no espaço escolar, sem que esteja devidamente incluído no processo de aprender. Estar matriculado e frequentando a classe regular não significa estar envolvido no processo de aprendizagem daquele grupo (Pimentel, 2012).

Nestes termos, o desenvolvimento de estratégias inclusivas na Educação Superior, não diz respeito somente ao reconhecimento das diferenças, mas principalmente a compreensão de que as diferenças advindas da condição de deficiência não se constituem como obstáculos à formação, ao contrário, são produtoras de uma formação acadêmica coerente com um projeto socioeducativo que se articula diretamente aos princípios da justiça e da responsabilidade social.

A compreensão da diferença/deficiência como constitutiva da diversidade humana, nos termos apresentados por Miranda (2012, p. 127) ao afirmar que “[...] ser diferente não significa mais ser o oposto do

normal, mas apenas diferente”, impõe a sociedade uma reflexão crítica profunda que tende a provocar rupturas na trama da discriminação social.

É importante reconhecer que esses aspectos não podem ficar de fora do aprofundamento das discussões a respeito da profissão docente no Ensino Superior, na medida em que a pedagogia universitária deve ser entendida como um campo de estudo e pesquisa altamente especializado que, necessariamente, se entrelaça à realidade concreta e ao sentido social da atividade docente.

A necessidade de atender as especificidades e demandas diferenciadas dos novos públicos que ingressam na universidade, incidem novos sentidos à docência universitária e ao conjunto de dimensões que permeiam o processo de ensino-aprendizagem no Ensino Superior. Estudos na área (Pimenta & Anastasiou, 2002; Zabalza, 2004; Cunha, 2009; Almeida, 2012), revelam que a preparação de docentes do ensino superior para o exercício das atividades acadêmicas ocorre de forma geral em programas de pós-graduação *stricto sensu*, realçando a ausência da dimensão pedagógica nos processos de formação. Assim, uma das preocupações centrais para a docência universitária na contemporaneidade é saber aliar o domínio de conhecimentos básicos para o trabalho em sala de aula, expectativa primeira dos docentes, com compromissos científicos, éticos e políticos do ensino de graduação em uma universidade pública (Almeida & Pimenta, 2014).

O conhecimento pedagógico confere ao pesquisador-docente as referências metodológicas e as aproximações entre teoria e prática fundamentais a ação educativa, especialmente, àquela que tem por finalidade contribuir para emancipação humana e para a construção de um projeto de sociedade mais justa.

### **Resultados: o cenário das publicações nacionais a respeito do tema em pesquisa**

Considerando que o presente estudo faz referência a uma pesquisa em andamento, apresentamos, nesta seção, os resultados da revisão de literatura empreendida com a finalidade de inspirar novas discussões e identificar possíveis lacunas nos estudos da área investigada. Na revisão de literatura, tomamos por base os trabalhos publicados no período de 2010 a 2017, nos Grupos de Trabalho – GT4 Didática e GT15 de Educação Especial da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), bem como na Revista Brasileira de Educação Especial e Banco de dados de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Dentre as pesquisas identificadas no site da ANPED, no período mencionado, 04 (quatro) trabalhos focalizam à docência ou pedagogia universitária, porém nenhuma delas encontra-se circunscrita à problemática da inclusão de estudantes com deficiência.

A pesquisa de Cunha (2010), configura-se como trabalho mais próximo da nossa discussão à medida que aborda a iniciação à docência universitária imbricada no processo de ampliação do acesso à Educação Superior. Embora seu estudo apresente questões que tangenciam a nossa investigação, em especial

as que abordam as tensões e contradições inerentes ao ensinar e aprender na universidade contemporânea, em geral, não apresenta grandes correlações com o objeto de pesquisa deste trabalho.

Em relação ao levantamento da produção científica realizada no Banco de dados de Teses e Dissertações da (CAPES), com foco na docência universitária, foi possível identificar 55 (cinquenta e cinco) trabalhos. Dentre os achados, destaca-se uma tendência incipiente de produções nacionais, apenas 08 (oito) publicações sobre o tema das 55 (cinquenta e cinco) identificadas. Destas, apenas 01 (uma) com interesse na problemática da docência universitária em sua relação com estudantes com deficiência.

No intuito de cobrir o maior número de pesquisas na área investigada, efetuamos uma busca nos periódicos publicados na Revista Brasileira de Educação Especial (Rev. bras. educ. espec.), editada pela Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial (ABPEE). Nenhuma referência foi encontrada a partir dos descritores docência universitária, pedagogia universitária e ensino superior, levando-nos a necessidade de ampliar a busca de forma a elevar a possibilidade que artigos com alto impacto para área fossem encontrados. Os resultados obtidos após o levantamento, apontam para um volume reduzido de pesquisas na área da Educação Especial que focalizam à inclusão no ensino superior. Apenas 07 (sete) trabalhos foram encontrados.

Das publicações selecionadas na Rev. bras. educ. espec., não foram identificados trabalhos que revelassem importante aproximação com o objeto de estudo da presente tese, o que produz, em certa medida, um viés de expectativa quanto à possibilidade deste trabalho contribuir para ampliar o espectro de estudos sobre a docência universitária, bem como para o campo de estudos da deficiência na Educação Superior ao trazer uma problemática considerada ainda lacunar do ponto de vista da pesquisa científica.

## **Conclusões**

Compreender à docência universitária como prática educativa implica na necessidade de incluir processos formativos que contemplem temas contemporâneos complexos. De igual modo, assinala para uma formação docente que também se constitui pelo compromisso pedagógico com a aprendizagem e o sucesso acadêmico dos estudantes, numa perspectiva de equidade e justiça social.

Seguramente a ampliação no número de matrículas de estudantes com deficiência na universidade, mediante à implementação da Lei de reserva de vagas, suscita importantes reflexões a respeito da necessidade de políticas públicas, bem como no âmbito da IES que consigam articular as práticas cotidianas às tramas sociais e culturais que dão materialidade a universidade como instituição. Portanto, pensar uma universidade que se adapta a inserção de novos públicos é sem dúvida compreender à Educação Superior como bem público, destinada a todos indistintamente, e a docência universitária como uma área de estudo e



investigação complexa referenciada por questões de natureza epistemológica, pedagógica, social e profissional.

## Referências

- Almeida, M. I.** (2012). *Formação do professor do ensino superior*. São Paulo: Cortez.
- Almeida, M. I., & Pimenta, S. G.** (2014). Pedagogia universitária: valorizando o ensino e a docência na universidade. *Revista Portuguesa de Educação*, 27(2), 7-31.
- Barbosa, L., Diniz, D., & Santos, W. R.** (2009). Diversidade corporal e perícia médica: novos contornos da deficiência para o Benefício de Prestação Continuada. *Textos & Contextos*, 8(2), 377-390.
- Cabral, L. S. A.** (2018). Políticas de ações afirmativas, pessoas com deficiência e o reconhecimento das identidades e diferenças no ensino superior brasileiro. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 26(57), 01-33. Acesso em 10 outubro, 2018, em <https://epaa.asu.edu/ojs/article/view/3364>.
- Cavalcante, L. I. P., Bissoli, M. F. Almeida, M. I. & Pimenta, S. G.** (2011). A docência no ensino superior na área da saúde: formação continuada/desenvolvimento profissional em foco. *Revista Eletrônica Pesquiseduca*, 3(6), 162-182. Acesso em 10 outubro, 2018, em <http://www.ccs.ufes.br/sites/ccs.ufes.br/files/A%20Doc%C3%Aancia%20no%20Ensino%20Superior%20-%20Sa%C3%BAde.pdf>
- Cunha, M. I.** (2009). O lugar da formação do professor universitário: O espaço da pós-graduação em educação em questão. *Revista Diálogo Educacional*, 9(26), 81- 90. Acesso em 09 outubro, 2018, em <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/>
- Diniz, D.** (2007). *O que é deficiência*. São Paulo: Brasiliense.
- Diniz, D., Barbosa, L.** (2010). Direitos Humanos e as pessoas com deficiência no Brasil. In Venturi, G. (Orgs.). *Direitos humanos: percepções da opinião pública: análises de pesquisa nacional*, (pp. 201-2013) Brasília: Secretaria de Direitos Humanos.
- Fávero, M. L. A.** (2006). A universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968. *Educar*, 22(28), 17-36. Acesso em 5 fevereiro, 2019, em <http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28.pdf>.
- Goffman, E.** (2012). *Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise*. Petrópolis: Vozes.
- Goffman, E.** (2013). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada* (4a ed.). Rio de Janeiro: LTC.
- Mendonça, R. F. & Simões, P. G.** (2012). Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 27(79). Acesso em 25 outubro, 2018, em [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092012000200012&script=sci\\_abstract&tlng=p](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092012000200012&script=sci_abstract&tlng=p)
- Miranda, T. G.** (2012). O grupo de pesquisa em educação inclusiva e necessidades educacionais especiais do PPGE/UFBA. IN Miranda, T.G & Galvão, T. A., F. *O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares*. Salvador: EDUFBA.
- Pimenta, S. & Anastasiou, L. G. C.** (2002). *Docência no Ensino Superior*. São Paulo: Cortez.
- Pimenta, S., Anastasiou, L. G. C. & Cavallet, V. J.** (2003). Docência no ensino superior: construindo caminhos. In Barbosa, R. L. L. (Orgs.). *Formação de educadores: desafios e perspectivas*. São Paulo: UNESP.

- Pimenta, S. & Anastasiou, L. G. C. (2014).** *Docência no ensino superior* (5a ed.). São Paulo: Cortez.
- Pimentel, S. C. (2012).** Formação de professores para a inclusão: saberes necessários e percursos formativos. IN Miranda, T.G & Galvão, T. A., F. *O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares*. Salvador: EDUFBA.
- Sampaio, S. M. R. (2011).** *Observatório da Vida Estudantil: primeiros estudos*. Salvador: EDUFBA.
- Sampaio, S. & Santos, G. G. (2011).** O interacionismo simbólico como abordagem teórica aos fenômenos educativos. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, 4(6). Acesso em 12 abril, 2018, em <https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/view/2245>
- Soares, S. R. & Cunha, M. I. (2010).** *Formação do professor: a docência universitária em busca de legitimidade*. Salvador: EDUFBA.
- Stallivieri, L. (2006).** *O Sistema de Ensino Superior do Brasil: características, tendências e perspectivas*. Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, RG, Brasil. Acesso em 28 de setembro, 2018, em [https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/sistema\\_ensino\\_superior.pdf](https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/sistema_ensino_superior.pdf).
- Tardif, M. (2002).** *Saberes docentes e formação profissional* (5a ed.). Petrópolis: Vozes.
- Zabalza, M. A. (2004).** *O ensino universitário. Seu cenário e seus protagonistas*. Porto Alegre: Artmed.